



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Praça Marechal Deodoro, 55 - Bairro Centro - CEP 90010-300 - Porto Alegre - RS - www.tjrs.jus.br

DILIGÊNCIA

Trata-se da análise de proposta final e documentação técnica do **Pregão Eletrônico nº 137/2023-DEC**, visando à contratação de empresa especializada para implantar e implementar plataforma digital integrada de qualidade de vida no trabalho e bem-estar, para os servidores e magistrados do Poder Judiciário, conforme Edital de Licitação 5945766.

A documentação apresentada pela licitante **GPBR PARTICIPAÇÕES LTDA**, doc. 6013727, foi devidamente analisada pela área técnica, a qual solicitou os esclarecimentos que seguem abaixo, em diligência:

1 - Na proposta apresentada está inclusa a possibilidade de o servidor ou magistrado que desejar indicar até 3 dependentes legais para usufruir dos benefícios da plataforma de bem-estar, pagando diretamente à contratada os valores relativos à(s) inclusão(ões) solicitada(s) (subitem 2.7 do Termo de Referência)?

2 - A proposta apresentada inclui a disponibilização aos magistrados e servidores ativos que desejarem, mediante adesão e contrapartida a ser paga por estes diretamente à empresa contratada, de planos/módulos que contemplem acesso, via celular, a sessões individuais de atendimento psicológico com psicólogos (subitem 1.1.2., "c", do Termo de Referência)?

3 - A proposta apresentada inclui a disponibilização aos magistrados e servidores ativos que desejarem, mediante adesão e contrapartida a ser paga por estes diretamente à empresa contratada, de planos/módulos que contemplem acesso, via celular, a sessões individuais de orientação nutricional com nutricionistas (subitem 1.1.2., "d", do Termo de Referência)?

O prazo para retorno do acima exposto será informado na sala de disputa da sessão, na ocasião da reabertura do certame.



Documento assinado eletronicamente por **Cátia Cristine Weber, Pregoeiro(a)**, em 20/11/2023, às 12:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6024572** e o código CRC **C6200391**.